de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêles se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 9 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRA-

GOSO CARMONA—Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—Jodo Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—Jodo Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.

Quadro geral da policia de segurança pública

a que se refere o artigo 4.º do decreto n.º 18:316, desta data

Distritos	Pessoal das policias														Pessoal das secretarias				
	Comandante de corpo (coronel)	Comandante de corpo (major)	Segundos comandantes de corpo (maiores)	Médicos	Comandantes de divisão (capitães)	Comandantes de distrito (capitães ou tenentes)	Comandantes de secção (tenentes)	Tesoureiros (capitães ou tenentes)	Comissários de conselho	Comissários de secretaria	Comissários de adidos	Comissários administrativos	Chefes de esquadra	Sub-chefes de esquadra	Ajudantes de esquadra	Guardas de 1.ª classe	Guardas de 2.ª classe	Secretários	Armasenses
Aveiro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	2	15	48	1	2	1
Beja	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	15	33	1	2	2
Braga	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	2	22	54	1	2	2
Bragança	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	20	25	1	2	1
Castelo Branco	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	2	25	35	1	2	2
Cóimbra	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	3	10	2	40	130	1	2	2
Évora	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	7	2	20	60	1	2	2
Faro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	8	2	20	60	1	2	2
Guarda	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	2	30	45	1	2	2
Leiria	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	2	15	45	1	2	1
Lisboa	1	1	4	4	4	4	1	1	1	1	1	35	160	80	1.000	1.320	-	-	-
Portalegre	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	5	1	20	43	1	2	1
Pôrto	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	1	20	93	47	250	900	-	-	-
Santarém	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	2	20	60	1	2	1
Setúbal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	2	20	60	1	2	2
Viana do Castelo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	10	35	1	2	2
Vila Real	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	2	15	35	1	2	2
Visu	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	6	2	17	70	1	2	2
Horta	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	-	8	12	1	2	2
Soma	1	1	2	6	6	17	12	2	2	2	1	79	329	157	1.572	3.070	17	34	29

Nota.—Estão destacados: no Posto Antropométrico da policia de Lisboa, 1 chefe e 30 guardas de 1.ª classe da mesma policia e 10 guardas de 1.ª classe da do Pôrto; no Posto Antropométrico da policia do Pôrto, 1 sub-chefe e 11 guardas de 1.ª classe desta policia.

Paços do Governo da República, 9 de Maio de 1930.—O Ministro do Interior, António Lopes Mateus.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Decreto n.º 18317

Considerando que se torna necessário inscrever no orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1929-1930 verba para pagamento do suplemento-exercicio a que o pessoal do mesmo Ministério em serviço na Inspeção do Comércio Bancário tem direito, de conformidade com os decretos com força de lei n.ºs 5:524 (§§ únicos dos artigos 24.º e 58.º) e 5:525 (§ 2.º do artigo 32.º), ambos de 8 de Maio de 1919, artigos 18.º do decreto-lei n.º 13:321, de 24 de Março de 1927, e 29.º do decreto n.º 15:316, de 24 de Março de 1928;

Considerando que se poderá anular a respectiva importância em verba do mesmo orçamento;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do ar-

tigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É inscrita no orçamento privativo da Inspeção do Comércio Bancário decretado para o corrente ano económico, no capítulo 1.º, artigo 11.º—A «Encargos administrativos», em nova rubrica sob o n.º 3) e assim redigida: «Para pagamento, nos termos do artigo 18.º do decreto-lei n.º 13:321, aos funcionários do Ministério das Finanças em serviço na Inspeção do Comércio Bancário, do suplemento-exercicio a que se referem os decretos com força de lei n.ºs 5:524 (§§ únicos dos artigos 24.º e 58.º) e 5:525 (§ 2.º do artigo 32.º), ambos de 8 de Maio de 1919», a quantia de 25.000\$.

Art. 2.º É adicionada à verba de 180.000\$, inscrita no capítulo 19.º «Inspeção do Comércio Bancário», artigo 288.º—A «Encargos administrativos», do orçamento do Ministério das Finanças, decretado para o ano econó-

mico de 1929-1930 a quantia de 20.000\$, a fim de se ocorrer aos encargos de que trata o artigo 1.º deste decreto.

Art. 3.º São anuladas no orçamento do Ministério das Finanças, no capítulo 19.º, nos artigos adiante mencionados, as importâncias que, respectivamente, vão indicadas:

Artigo 278.º — Verba de 575.780\$56	5.000\$00
Artigo 286.º — Verba de 50.000\$	15.000\$00
Na soma de	<u>20.000\$00</u>

Art. 4.º São anuladas no orçamento privativo da Inspeção do Comércio Bancário, no capítulo 1.º, artigos e números adiante mencionados, as importâncias que, respectivamente, vão indicadas:

Artigo 1.º — N.º 4) — Verba de 20.000\$	5.000\$00
Artigo 9.º — N.º 1) — Verba de 50.000\$	15.000\$00
Artigo 11.º — A — N.º 1) — Verba de 10.000\$	5.000\$00
No total de	<u>25.000\$00</u>

Art. 5.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Decreto n.º 18:318

Considerando que a verba de 2:000.000\$ inscrita, por virtude do decreto n.º 17:965, de 14 de Fevereiro de 1930, no capítulo 2 «Presidência da República», artigo 23.º «Encargos administrativos, n.º 2) «Para pagamento de todas as despesas que fôr indispensável fazer com a recepção e estada em Portugal de Sua Majestade Católica o Rei de Espanha, e bem assim de quaisquer outras resultantes da mesma visita ou que com ela se relacionem», do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o corrente ano económico, é insuficiente para satisfação de todas as despesas a que é destinada;

Considerando que, sem prejuízo do serviço, pode ser anulada, no orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações, importância igual à que vai ser descrita no orçamento do Ministério das Finanças;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º E reforçada com a quantia de 240.000\$ a verba de 2:000.000\$ inscrita no capítulo 2.º «Presidência da República», artigo 23.º «Encargos administrativos, n.º 2) «Para pagamento de todas as despesas

que fôr indispensável fazer com a recepção e estada em Portugal de Sua Majestade Católica o Rei de Espanha, e bem assim de quaisquer outras resultantes da mesma visita ou que com ela se relacionem», do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1929-1930.

Art. 2.º São anuladas no orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações decretado para o corrente ano económico, no capítulo 4.º, artigos, números e alíneas abaixo mencionados, as importâncias adiante indicadas:

Artigo 51.º — Alínea <i>t</i>)	39.000\$00
Artigo 51.º — Alínea <i>y</i>)	14.000\$00
Artigo 53.º — N.º 1) — Alínea <i>c</i>)	184.000\$00
Artigo 53.º — N.º 1) — Alínea <i>d</i>)	3.000\$00
No total de	<u>240.000\$00</u>

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Decreto n.º 18:319

Considerando que se torna necessário esclarecer dúvidas suscitadas acêrca de algumas disposições do decreto n.º 17:813, de 30 de Dezembro de 1929;

Considerando que é urgente providenciar quanto à sua completa execução;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Para os efeitos da compensação a pagar às câmaras municipais nos termos do artigo 3.º e seus parágrafos do decreto n.º 17:813, de 30 de Dezembro de 1929, são excluídas, além das viaturas já consignadas no referido artigo e seu § 2.º, todas as demais viaturas classificadas pelo referido diploma que se encontrem em reparação, inutilizadas ou para venda.

§ 1.º Como viaturas destinadas a venda são consideradas não só as que pertencem a negociantes de automóveis como as que pertencem a quaisquer outros indivíduos ou entidades que assim o declarem.

§ 2.º As viaturas declaradas sob a designação de paradas são consideradas para cômputo da compensação a pagar às câmaras municipais.

Art. 2.º Salvo o disposto no § 3.º do artigo 3.º do referido decreto n.º 17:813, de 30 de Dezembro de 1929, a compensação atribuída às câmaras municipais incide sômente sobre o número das viaturas cujos proprietários residam nas áreas dos respectivos concelhos, independentemente dos locais de recolha ou dos locais onde essas viaturas prestam serviços habitualmente, devendo ser rec-

tificadas as declarações já porventura feitas de forma diferente à presente disposição, por errada interpretação das expressas determinações do artigo 3.º do referido diploma n.º 17:813.

Art. 3.º Quando se verifique alteração na classificação atribuída inicialmente a qualquer viatura, por haver sido substituída ou verificada a inexactidão da primitiva declaração, nos termos do artigo 4.º do referido decreto n.º 17:813, será esse facto comunicado pelas câmaras municipais ao Conselho Superior de Viação, o qual providenciará no sentido de serem rectificadas os pagamentos às respectivas câmaras municipais em relação à prestação vencível no semestre seguinte.

Art. 4.º Para ocorrer ao encargo resultante do pagamento das compensações devidas às câmaras municipais relativas ao segundo semestre do ano económico de 1929-1930 é inscrita no orçamento da despesa do Ministério das Finanças, de harmonia com as disposições do artigo 11.º do decreto n.º 17:813, a quantia de 4:250.000\$, no capítulo 8.º, artigo 71.º-A «Outros encargos», n.º 1) «Compensações às câmaras municipais, nos termos do decreto n.º 17:813, de 30 de Dezembro de 1929».

§ único. No orçamento das receitas e à verba descrita no capítulo 2.º, artigo 22.º «Direitos de importação de vários géneros e mercadorias», será adicionada idêntica importância, correspondente às receitas arrecadadas nos termos do referido decreto n.º 17:813.

Art. 5.º Para pagamento das compensações às câmaras municipais e sem prejuízo das disposições do § 2.º do artigo 4.º do decreto n.º 17:813, o Conselho Superior de Viação processará em duplicado e remeterá à 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública em Abril e Outubro de cada ano, para efeito de conferência e pagamento, as respectivas fôlhas, organizadas por distritos e nos impressos do Ministério das Finanças, com a discriminação dos quantitativos pertencentes a cada câmara municipal e indicação do número de viaturas nas condições estabelecidas pelo presente diploma.

§ único. As fôlhas a que se alude no artigo anterior serão, após a necessária conferência, autorizadas e pagas por intermédio da 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública nos termos regulamentares e mediante simples despacho do Ministro das Finanças.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luis Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luis António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Direcção Geral das Alfândegas

2.ª Repartição

Decreto n.º 18:320

Reconhecendo-se a conveniência de permitir na Ilha da Madeira o transporte de quantidades de aguardente ate 20 litros independentemente de guia passada e de-

vidamente autenticada pela Companhia da Aguardente da Madeira;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, e tendo em vista o disposto no § 5.º do artigo 5.º e no artigo 55.º do decreto n.º 16:083, de 29 de Outubro de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer, como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É elevado de 5 a 20 litros de aguardente o limite a que se refere o artigo 44.º do decreto n.º 16:083, de 29 de Outubro de 1928.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luis Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luis António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

2.ª Repartição Central

Rectificação

Rectifica-se pela seguinte forma o teor do n.º 198 da relação geral das indústrias e dos comércios, anexa ao decreto n.º 18:222, de 19 de Abril último, publicada no *Diário do Governo* n.º 90, 1.ª série, do mesmo dia:

N.º 198 — Farinhas:

Fábrica de	4 0/0
Armazém de	4 0/0
Mercador de	4 0/0

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, 10 de Maio de 1930.—O Director Geral, *Herculano da Fonseca.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais

Inspecção Consular

Decreto n.º 18:321

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, e tendo em vista o que dispõe o artigo 11.º do regulamento consular português, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros: hei por bem decretar que a circunscrição do

Consulado de 4.^a classe em Dakar seja constituída pela Mauritânia, Senegal, Sudão Francês e Guiné Francesa.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Fernando Augusto Branco*.

Decreto n.º 18:322

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, e nos termos do artigo 45.º da organização do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que faz parte integrante do decreto com força de lei n.º 16:822, de 2 de Maio de 1929, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros: hei por bem decretar:

Artigo único. É criado um consulado de 4.^a classe em Brazzaville, Gabão Francês, o qual ficará dependente, para os efeitos regulamentares, do Consulado Geral de Portugal no Congo Belga.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Fernando Augusto Branco*.

MINISTERIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Decreto n.º 18:323

O decreto n.º 3:444-A, de 8 de Outubro de 1917, promulgado pelo Ministério da Justiça e dos Cultos, cedeu ao Instituto Superior do Comércio de Lisboa, a título precário, o prédio da Rua do Quelhas, 6, de Lisboa, devendo continuar ali instalado o Arquivo das Congregações Religiosas, enquanto não puder ser transferido para onde fique em melhores condições.

O decreto n.º 16:697, de 6 de Abril de 1929, promulgado pelo Ministério do Comércio e Comunicações, confirmou essa cedência, mas tornando-a definitiva, para instalação do Museu Comercial de Lisboa, anexo ao referido Instituto, em troca dos terrenos do extinto convento das Francesinhas, que antes havia sido também cedido ao mesmo Instituto.

Esse decreto, porém, foi rectificado pelo Ministério do Interior, com a data de 12 de Abril, no *Diário do Governo*, 1.^a série, de 18 de Abril de 1929, ressaltando a continuação, no respectivo edificio, do Arquivo das Congregações Religiosas, nas condições do citado decreto n.º 3:444-A.

Entretanto, os serviços do Instituto Superior do Comércio de Lisboa tiveram notável incremento e expansão, sendo urgente acudir-lhes a bem do interesse público.

Vários e importantes organismos, como a Associação Comercial de Lisboa, o conselho escolar daquele Instituto, a Associação dos Commercialistas Portugueses e a Associação Académica do Instituto Superior do Comércio de Lisboa, têm trazido até o Governo da República as suas reclamações para que a posse do sobredito edificio seja quanto antes entregue para o destino definitivo que justamente lhe foi já designado por lei.

Além disto, o Arquivo das Congregações Religiosas

nom sequer chegou ainda a ter a organização, classificação e catalogação das suas colecções, determinada pelo decreto n.º 3:410, de 28 de Setembro de 1917, que o criou, por modo a poder prestar ao público as vantagens que com elle se visavam.

Foi entretanto promulgado o decreto n.º 13:724, do 27 de Maio de 1927.

Nestas condições, o Governo da República, reconhecendo, com efeito, a necessidade urgente da pedida entrega da posse do edificio do Quelhas, 6, para o Instituto Superior do Comércio de Lisboa, resolve transferir o Arquivo das Congregações Religiosas para uma parte desocupada do Palácio da Ajuda, junto da respectiva biblioteca, que é também do Estado, aproveitando o ensejo para dar a melhor forma de execução às disposições legais vigentes sobre o mesmo Arquivo.

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O Arquivo das Congregações Religiosas, com todos os elementos e objectos que o constituem, é transferido do edificio do Quelhas, 6, para o Palácio da Ajuda, junto da respectiva biblioteca pública.

Art. 2.º Uma comissão de comum acôrdo constituída entre os Ministros da Justiça e dos Cultos e da Instrução Pública será encarregada de proceder à distribuição e colocação dos objectos do referido Arquivo, conforme as determinações legais vigentes.

Art. 3.º A posse do edificio do Quelhas, 6, é imediatamente dada ao Instituto Superior do Comércio de Lisboa, para os fins do decreto n.º 16:697, de 12 de Abril de 1929.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 12 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — Luis Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luis António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima*.

Direcção Geral do Ensino Superior
e das Belas Artes

Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes

Decreto n.º 18:324

Atendendo à conveniência de organizar em Evora o Tesouro de Arte Sacra, em condições análogas às estabelecidas no decreto n.º 18:127, de 25 de Março último, respeitante ao Tesouro de Braga; e

Tendo em vista o parecer favorável do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição, funcionando como Conselho Superior de Belas Artes;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto

n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É instituído em Évora o Tesouro de Arte Sacra, a cargo do Cabido da Sé, o qual proverá às despesas de pessoal e material.

Art. 2.º Farão parte do Tesouro de Arte Sacra da cidade de Évora, além dos objectos artísticos que se encontram em poder ou sob a guarda do mencionado Cabido, todos os objectos de reconhecido valor que por particulares venham a ser-lhe confiados ou entregues.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlé se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêno da República, em 14 de Maio de 1930.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domíngos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — Luís Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luís António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Conselho de Administração
da Extinta Bôlsa Agrícola

Decreto n.º 18:325

Considerando que ainda não foi fixado o direito a pagar pelo trigo e pela farinha importados pelo distrito da Horta, o que convém fazer para poderem ser liquidados os despachos já effectuados;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros das Finanças e da Agricultura:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º O direito a cobrar pelo trigo e pela farinha importados pelo distrito da Horta, referente ao actual ano cerealífero, é fixado para o primeiro em \$23 papel e para a segunda em \$01(8) ouro, por quilograma.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças e o da Agricultura assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Govêno da República, 14 de Maio de 1930.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Henrique Linhares de Lima.*